



Ecologia e crise capitalista: um debate sobre questão social, Serviço Social e a ruptura metabólica entre ser humano e natureza

Ecology and capitalist crisis: a debate on social issues, Social Work and the metabolic rupture between human beings and nature

Ecología y crisis capitalista: un debate sobre cuestiones sociales, Trabajo Social y la ruptura metabólica entre el ser humano y la naturaleza

Estela Willeman

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3496243990342796>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9179-3362>

RESUMO

Introdução: Este artigo situa-se diante do atual cenário de recrudescimento das condições de vida, sobretudo para a classe trabalhadora, a partir das consequências da crise climática capitalista, buscando responder à seguinte questão: que lugar cabe ao Serviço Social num contexto de recrudescimento do capitalismo e barbárie ecológica?

Objetivo: O objetivo deste artigo é problematizar criticamente as relações existentes entre ecologia, crise capitalista e atuação profissional do Serviço Social.

Metodologia: A metodologia utilizada, baseada no método do materialismo histórico-dialético, parte de uma pesquisa bibliográfica, conjugando-a com a análise crítica de documentos históricos, legislação nacional e o movimento real da sociedade.

Resultados: Pode-se aferir que a temática, embora tenha um percurso de construção de cerca de três décadas, ainda se mostra insuficientemente radical do ponto de vista do que recomenda tanto o Projeto Ético Político da profissão quanto o método marxiano. Destaca-se a importância fulcral da reflexão sobre o rompimento do metabolismo existente entre o ser humano e a natureza a partir do processo de acumulação primitiva e das expropriações primárias e secundárias inerentes ao modo de produção e reprodução capitalista como norte da atuação profissional.

Conclusão: O artigo finaliza apresentando alguns dos limites e possibilidades de inserção da atuação profissional nos espaços sócio-ocupacionais direta ou indiretamente relacionados à questão ambiental e ecológica num contexto de transformações societárias permanentes causadas pelas também permanentes crises do capitalismo, que determinam diferentes expressões da questão social.

PALAVRAS-CHAVE: acumulação capitalista; crise capitalista; ecologia; serviço social.

ABSTRACT

Introduction: This article is situated in the current scenario of worsening living conditions, especially for the working class, due to the consequences of the capitalist climate crisis, seeking to answer the following question: what place does Social Work have in a context of worsening capitalism and ecological barbarity?

Objective: The objective of this article is to critically problematize the existing relationships between ecology, capitalist crisis and professional performance of Social Work.

Methodology: The methodology used, based on the method of dialectical historical materialism, starts from a bibliographical research, combining it with the critical analysis of historical documents, national legislation and the real movement of society.

Results: It can be seen that the theme, although it has been under construction for about three decades, still appears to be insufficiently radical from the point of view of what is recommended both by the Ethical Political Project of the profession and the Marxist method. The crucial importance of reflecting on the rupture of the metabolism between human beings and nature is highlighted, based on the process of primitive accumulation and the primary and secondary expropriations inherent to the capitalist mode of production and reproduction as a guide for professional activity.

Conclusion: The article ends by presenting some of the limits and possibilities for the insertion of professional activity in socio-occupational spaces directly or indirectly related to environmental and ecological issues in a context of permanent societal transformations caused by the also permanent crises of capitalism, which determine different expressions of the social issue.

KEYWORDS: capitalist accumulation; capitalist crisis; ecology; Social work.

RESUMEN

Introducción: Este artículo toma en cuenta el escenario actual de empeoramiento de las condiciones de vida, especialmente de la clase trabajadora, como consecuencia de la crisis climática capitalista, buscando responder la siguiente pregunta: ¿qué lugar tiene el Trabajo Social en un contexto de intensificación del capitalismo y de la barbarie ecológica?

Objetivo: El objetivo de este artículo es problematizar críticamente las relaciones entre ecología, crisis capitalista y el desempeño profesional de lo Trabajo Social.

Metodología: La metodología utilizada, basada en el método del materialismo histórico dialéctico, se basa en la investigación bibliográfica, combinándola con el análisis crítico de los documentos históricos, la legislación nacional y el movimiento real de la sociedad.



Resultados: Se puede ver que el tema, aunque lleva alrededor de tres décadas gestándose, todavía parece insuficientemente radical desde el punto de vista de lo que recomiendan tanto el Proyecto de Ética Política de la profesión como el método marxista. Se destaca la importancia central de reflexionar sobre la ruptura del metabolismo existente entre el ser humano y la naturaleza, a partir del proceso de acumulación primitiva y las expropiaciones primarias y secundarias inherentes al modo de producción y reproducción capitalista como guía de la actividad profesional.

Conclusión: El artículo finaliza presentando algunos de los límites y posibilidades de inserción de la actividad profesional en espacios sociolaborales directa o indirectamente relacionados con cuestiones ambientales y ecológicas en un contexto de permanentes transformaciones sociales provocadas por las también permanentes crisis del capitalismo, que determinan diferentes expresiones de la cuestión social.

PALABRAS CLAVE: acumulación capitalista; crisis capitalista; ecología; Trabajo Social.

INTRODUÇÃO

“Ecologia sem luta de classes é jardinagem” - Chico Mendes¹.

Inicio este texto evocando a clássica frase de Chico Mendes, ativista ambiental brasileiro barbaramente assassinado em decorrência de sua práxis porque penso que ela encerra em si e no contexto social, cultural, político e econômico em que se situa, as principais questões que aqui serão levantadas.

Aqui, elencam-se dois pressupostos de origem marxiana e de orientação teórico-metodológica para a abordagem do assunto: a primeira trata da radicalidade da abordagem, desmistificando sua aparência e indo em direção à sua essência, sua raiz; a segunda é decorrente da primeira e situa historicamente a discussão no âmbito da luta de classes na disputa política, econômica e cultural de seus interesses e nos projetos societários a elas concernidos - o que tem uma consequência objetiva

¹ AUGUSTO, Camilo. A defesa da natureza e dos povos é a luta desta geração. **MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. Publicado em 01 jun. 2024. Disponível em: <https://mst.org.br/2024/06/01/e-vamos-a-luta-a-defesa-da-natureza-e-dos-povos-que-nela-vivem-e-a-luta-desta-geracao-de-jovens/>. Acesso em: 02 jul. 2024.



e indubitável para o Serviço Social quanto à classe a que é vinculado ética e politicamente ao longo de sua história.

De acordo com Iamamoto², todo modo de produção é também um modo de reprodução e engendra relações sociais correspondentes que têm uma dimensão concreta manifesta em valores, ideias, consensos das classes sociais.

Em A ideologia alemã, Marx e Engels³ afirmam que as ideias dominantes de uma sociedade em determinado período histórico são as ideias das classes dominantes.

Em O 18 Brumário de Luís Bonaparte, Marx⁴ reflete sobre o fato de que os homens fazem sua história, mas não fazem como querem e sim sob, nas palavras de Mézáros⁵, “o fardo do tempo histórico”, ou seja, a partir dos limites estruturais legados de gerações anteriores.

Isto nos coloca a importante reflexão de que existe uma íntima relação entre modos de vida e modos de produção, e que isto está ancorado no tempo presente, pleno de disputas, vontade e esperança. Parece que comecei pelo final, então, dialeticamente, volto ao começo, ou antes do começo.

Neste sentido, o objetivo deste artigo é problematizar criticamente as relações existentes entre ecologia, crise capitalista e atuação profissional do Serviço Social, buscando responder à seguinte questão problema: que lugar cabe ao Serviço Social num contexto de recrudescimento do capitalismo e barbárie ecológica? A partir de uma profunda pesquisa bibliográfica, pode-se aferir como resultados que a temática, embora tenha um percurso de construção de cerca de três décadas, ainda se mostra insuficientemente radical do ponto de vista do que recomenda tanto o Projeto Ético Político da profissão quanto o método marxiano.

Destaca-se a importância fulcral da reflexão sobre o rompimento do metabolismo existente entre o ser humano e a natureza a partir do processo de

² IAMAMOTO, M. V. **Relações Sociais e Serviço Social: esboço de uma interpretação teórico-metodológica**. São Paulo: Cortez, 2008.

³ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

⁴ MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

⁵ MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2007.



acumulação primitiva e das expropriações primárias e secundárias inerentes ao modo de produção e reprodução capitalista como norte da atuação profissional. O artigo finaliza apresentando alguns dos limites e possibilidades de inserção da atuação profissional nos espaços sócio-ocupacionais direta ou indiretamente relacionados à questão ambiental e ecológica num contexto de transformações societárias permanentes causadas pelas também permanentes crises do capitalismo, que determinam diferentes expressões da questão social.

Para tanto, faremos uma breve recuperação de elementos da formação sócio-histórica nacional para compreender de que forma a autocracia burguesa nacional se reatualiza e se repete como aspecto de longa duração; apontaremos a natureza do Serviço Social enquanto profissão investigativa e interventiva; indicaremos os limites e possibilidades de atuação na questão ecológica e ambiental; faremos alguns apontamentos sobre o contexto contemporâneo e seus dilemas e, por fim, traremos algumas indicações à guisa de conclusão.

Este texto se justifica na medida em que o Brasil atravessa uma grave (e, talvez, irreversível) fase de agudização das expressões da questão social decorrentes da crise do capitalismo e da insistência das elites por um padrão mortífero de funcionamento que tende a exterminar a vida no planeta.

Conforme Marx e Engels⁶:

[...] conhecemos apenas uma única ciência, a ciência da história. A história pode ser considerada de dois lados, dividida em história da natureza e história dos homens. No entanto, estes dois aspectos não se podem separar; enquanto existirem homens, a história da natureza e a história dos homens condicionam-se mutuamente.

Consideramos que o Serviço Social - profissão investigativa e interventiva dotada de um caráter ético e político comprometido com a liberdade, autonomia, emancipação e plena expansão de todos os sujeitos sociais - engendra elementos que o tornam estratégico na luta por uma sociedade mais justa e democrática nesta dialética permanente entre natureza e história.

⁶ FOSTER, J. B. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. São Paulo: Expressão Popular, 2023. p. 54.



1 Formação sócio-histórica brasileira e ruptura metabólica capitalista

A partir da contribuição teórica de Florestan Fernandes⁷ ⁸, Octavio Ianni⁹, Caio Prado Jr.¹⁰ e Clovis Moura¹¹, recuperamos alguns aspectos importantes da formação sócio-histórica brasileira, fazendo uma tentativa de nexos com o debate aqui proposto no que se refere ao padrão de exploração e dominação aqui (no Brasil) imposto pelas potências imperialistas e que colide diretamente com a manutenção da vida humana e de sua base material de sua existência viva e em constante ralação metabólica: o meio ambiente.

A invasão de países da América Latina e África durante as “grandes navegações” e “expansão ultramarina” executada por países como Portugal, Espanha, Inglaterra e França, principalmente, se deu em função de suas “necessidades” imperialistas de expansão de sua dominação territorial, política e econômica em busca de novos mercados consumidores e bases de extração de matérias primas. Neste processo de pilhagem, à semelhança dos processos de expropriação primária - tal como desenvolvido por Marx¹² no capítulo 24 de O capital sobre a “assim chamada acumulação primitiva”¹³ - , o território brasileiro foi invadido, saqueado, suas populações originárias foram roubadas, escravizadas, em grande parte assassinadas com diversos povos e culturas dizimados, estuprados, e seus hábitos, valores, visões de mundo e relações sociais e materiais com a natureza e com o território sofreram brutais e sanguinários ataques.

Sob o manto ideológico católico da “evangelização”, as missões religiosas encobriram os interesses materiais, econômicos e políticos baseados: 1. na apropriação privada das condições de reprodução e existência humana por uma elite

⁷ FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

⁸ FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

⁹ IANNI, Octávio. **A ideia de Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

¹⁰ PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

¹¹ MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. 2. ed. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2014.

¹² MARX, Karl. **O Capital - Livro I**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

¹³ Ver também FONTES, Virgínia. A transformação dos meios de existência em capital: expropriações, mercado e propriedade. In: BOSCHETTI, Ivanete (org.). **Expropriação e direitos no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2018. p. 17-61.



dominante parasitária em base a uma expropriação primária da terra e dos meios de subsistência; 2. na instituição de um modo de produção e reprodução centrado exclusivamente em uma única forma de promover sua existência: o trabalho forçado porque alienado, ou alienado porque forçado.

Na sociedade colonial e escravista brasileira ainda não havia, para os povos originários, para os africanos e afrobrasileiros escravizados, as relações que apenas iriam se generalizar após a abolição da escravatura e com os processos de passagem do modelo de economia puramente agrário e rural para o modelo mais marcadamente urbano e industrial. Porém, cabe reter aqui que estes dois elementos anteriores engendram e são engendrados por um terceiro elemento: 3. o rompimento do metabolismo entre o ser humano e a terra a partir da apropriação privada da mesma e da espoliação dos, então, despossuídos de seu uso.

É em 1842 que Marx faz uma virada metodológica do idealismo hegeliano para o materialismo dialético, quando se vê instado a pensar sobre a situação da classe trabalhadora na província Renana Prussiana no que se refere à quebra de sua relação metabólica com a terra a partir dos cercamentos privados de terra.

Em *Os despossuídos*, Marx¹⁴ reflete criticamente não mais apenas sobre as dimensões filosóficas do direito, mas adensa sua crítica com apreensões de matriz política sobre a história em sua dimensão concreta. Nessa dimensão concreta, no tempo histórico de 1842, a classe trabalhadora é expropriada de sua relação metabólica com a terra e dá lugar, forçadamente, a um padrão de relação com mesma que visa unicamente sua exploração sem limites (e sem sentido para o trabalhador), visando a produção e a correspondente acumulação capitalista, também sem limites, a partir da dominação da classe trabalhadora.

No Brasil, o processo de invasão e ocupação do território, expropriação primária e dominação física e espiritual da população trouxe um componente ideológico de caráter religioso que autorizava o morticínio aos insubmissos. À razão colonial, as populações originárias brasileiras eram compostas de seres menos “civilizados”, portanto, “menos humanos”: corpos matáveis - ao menos esse era o

¹⁴ Marx, Karl. *Os despossuídos: debates sobre a lei punitiva ao furto de madeira*. São Paulo: Boitempo, 2017.



discurso que os autorizava a suas ações, com as bênçãos do papa e do rei. A mesma razão e proporção se aplicou aos contingentes africanos diaspóricos sequestrados de seus territórios e trazidos à força para o Brasil. Por processos impositivos coloniais, eram desprovidos de viver seus costumes, valores, culturas, idiomas, religiosidades, modos de se relacionar uns com os outros, com a terra e a natureza como um todo.

É, portanto, relevante mencionar que o padrão de relação tanto dos povos originários brasileiros quanto dos africanos situa-se de forma diametralmente oposta ao modo de produção capitalista. Estudos antropológicos profundos de Viveiros de Castro¹⁵ sobre povos tradicionais evidenciam como as relações metabólicas destes povos com a terra, o território e a natureza, em geral, são de consubstancialidade, onde o ser humano não apenas habita, usa e explora a terra, seus recursos e o território de forma estranhada, mas está contido no metabolismo da natureza, não a usa ou a domina, mas tem uma relação de harmonia e mutualidade.

Este pequeno percurso é necessário para evidenciar brevemente que o padrão capitalista de relação com o meio ambiente é incompatível com a vida humana. O objetivo de produção capitalista é a acumulação privada de capital, ignorando as necessidades humanas e sociais, coletivas. Para isto, submete à força o máximo possível de pessoas a processos de expropriação, espoliação, exploração e dominação sem limites. Na formação social brasileira, este processo se sucedeu durante e após o período de escravidão, com a abolição formal da escravatura, mas suas marcas permanecem cravadas no modo de desenvolvimento das relações sociais no país.

Florestan Fernandes¹⁶ menciona o peso do escravismo e do colonialismo nas relações sociais brasileiras, marcadas por aspectos de patrimonialismo, clientelismo, mandonismo, autoritarismo, corrupção e violência. Em suas palavras, “num caleidoscópio de muitas épocas”. O padrão de desenvolvimento político e econômico no Brasil é norteado por um “liberalismo filtrado pelas elites”, com características

¹⁵ CASTRO, Eduardo Viveiros de. **A inconstância da alma selvagem: e outros ensaios de antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2002.

¹⁶ FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.



de desenvolvimento desigual e combinado¹⁷ e numa posição de país periférico e dependente dos países centrais¹⁸. Vela lembrar que a abordagem que explica metodologicamente o cenário brasileiro e suas particularidades compreende-o numa relação dialética de tensões e consentimentos.

No processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil nota-se, dos anos de 1920/30 em diante, tentativas de desenvolvimento de uma industrialização mais urbana, porém, de forma desordenada em termos de infraestrutura para a acelerada ocupação do território das cidades. Com a medida de substituição de mão de obra negra escravizada por europeia imigrante, há uma tentativa de embranquecimento da população negra recém-liberta.

Segundo Clovis Moura¹⁹, mesmo após a liberdade formal, os dispositivos jurídicos legais estabelecidos pela branquitude trataram de obstaculizar a conquista de direitos, igualdade e humanidade dos negros no Brasil, a exemplo das legislações que impediam negros de exercerem certos ofícios mais bem remunerados - mesmo estando tecnicamente aptos para tal - de se candidatarem a cargos e mandatos eletivos políticos, e de adquirirem terras, por exemplo.

Conforme Willeman²⁰:

[...] a violência estatal privada figura como a parteira da história: é a partir desse processo que se constituem os Estados nacionais como instituições guardiãs do direito privado das classes dominantes, residindo na acumulação primitiva o alicerce da tendência histórica da acumulação capitalista e do Estado nacional. É esse Estado que legisla e sustenta relações violentas não só pura e simplesmente de exploração do trabalho, mas relações machistas e racistas. Está contido nessas dimensões o fundamento da desumanização de mulheres, de negros e negras, de pessoas não heterossexuais, dentre outras categorias e marcadores sociais, e de sua maior disponibilidade para a exploração.

¹⁷ FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

¹⁸ FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

¹⁹ MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. 2. ed. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2014.

²⁰ WILLEMAN, Estela M. Bases estruturais da expropriação e alienação da vida produtiva e reprodutiva pelo capital: uma abordagem dialética da questão social a partir da perspectiva unitária classe-raça-gênero/sexo. **Revista Agon**, Porto Alegre, v. 2, n. 4, p. 95, 2022. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/agon/article/view/135646/90268>. Acesso em: 10 out. 2024.



A partir daí compreendemos a absoluta relevância da apreensão da história, das relações sociais e das implicações das ações humanas na vida concreta. Historicizar o ordenamento jurídico nacional e compreendê-lo como ação humana racional e necessariamente ligada a interesses de classe é fundamental para uma análise crítica da realidade social e consequente intervenção social profícua. Compreender a função do Serviço Social neste cenário complexo é urgente.

2 Serviço Social: profissão interventiva das relações sociais

Embora pouco documentado, sobretudo no Serviço Social, a história do negro e da mulher no Brasil é uma história de insurgências, revoltas e inconformismo para com a dominação colonial patriarcal e, depois, burguesa. Este inconformismo negro e indígena, somado com as experiências revolucionárias trazidas por imigrantes trabalhadores europeus, foram responsáveis pelas abundantes revoltas ocorridas na crise do capitalismo mundial em 1929.

Esta crise do capital é uma das muitas que já ocorreram e que irão ocorrer precisamente porque o capitalismo é um modo de produção e reprodução insustentável em todas as suas dimensões: econômica, material, política, social, humana. Sua sede incessante e ilimitada por mais-valor gera, por um lado, uma produção excessiva de mercadorias e, com isso, por outro lado, uma crise de consumo causada pela acumulação privada de capital.

Dessa crise entre capital e trabalho, historicamente, decorre a intervenção do Estado burguês, para proteção dos interesses das elites e “apaziguamento” das expressões da questão social decorrente dessa contradição, das lutas travadas pela classe trabalhadora em busca de suas necessidades, sobrevivência e, a partir da consciência de classe, de seus direitos coletivos.

Neste processo, tanto no Brasil²¹ quanto em diversos países da América Latina²², o Serviço Social é criado a partir de uma convocação do Estado para

²¹ SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

²² MANRIQUE CASTRO, M. **História do Serviço Social na América Latina**. São Paulo: Cortez, 1984.



determinado grupo de pessoas exercerem a função de mediação acrítica destes conflitos, assumindo inicialmente como sua tarefa a domesticação e silenciamento desta classe revoltosa. A partir da correlação de forças construída pela classe trabalhadora surgem, progressiva e lentamente, as primeiras iniciativas de proteção social que antecederão o que, no bojo da Constituição de 1988, se entende como Seguridade Social. Tal como afirma Marx, nenhum direito é dado à classe trabalhadora pelo capitalista espontaneamente: todos eles são arrancados mediante duro constrangimento.

A história da institucionalização do Serviço Social no Brasil e de sua passagem de atividade meramente caritativa a atividade profissional como especialização do trabalho coletivo inserida na divisão sociotécnica do trabalho é permeada inseparavelmente da história da dinâmica política, econômica, cultural e social brasileira²³. Neste sentido, é coerente compreender de forma longitudinal que toda a história da profissão é a história de sua inserção nas relações sociais como profissional e como membro da classe trabalhadora. Ao longo de sua história, o Serviço Social desenvolve processos de intervenção social, política e também de autoconstrução enquanto categoria profissional em busca de sua legitimidade.

Desde sua primeira Escola de Serviço Social em 1936 em São Paulo até os dias atuais, passamos por fluxos e refluxos que só podem ser compreendidos no seio das relações sociais e, em especial, em sua relação com os movimentos sociais, as redes de articulação política e as mobilizações coletivas por direitos. A exigência de uma prática profissional que dê respostas às demandas da classe trabalhadora nunca foi simples e isenta de conflitos.

No processo de construção de legitimidade profissional ao longo dos últimos quase 90 anos, o Serviço Social se deslocou hegemonicamente de uma prática caritativa fortemente doutrinada e determinada pela igreja católica, orientada por princípios religiosos neotomistas e executadas por “damas das elites burguesas” por caminhos de renovação crítica (ou não).

²³ PAULO NETTO, José. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 1992.



De acordo com o que é organizado e pesquisado por Paulo Netto²⁴, a renovação do Serviço Social ocorre, por assim dizer, ao longo de processos que podem ser compreendidos por suas características e orientações teóricas, metodológicas e operativas principais. Dentre as primeiras etapas de renovação do Serviço Social, de caráter conservador, há a Renovação Conservadora, tributária do tecnicismo e gerencialismo estadunidense, com caráter positivista funcionalista influenciada pelos EUA/ONU para o Desenvolvimento de Comunidade²⁵ e, por conseguinte, para o trabalho alienado.

Outra vertente ainda conservadora foi chamada por Paulo Netto²⁶ de Reatualização do Conservadorismo, vertente fenomenológica de caráter psicologizante, higienista e tão adestradora e “educativa” quanto a anterior, centrando responsabilidade das expressões da questão social no sujeito e não na estrutura do modo de produção e reprodução capitalista.

É na vertente chamada por Paulo Netto²⁷ de Intenção de Ruptura que o Serviço Social começa a fazer um processo de rompimento com o conservadorismo e se apropriar, mesmo que de forma equivocada, mediada, manualesca, de um referencial crítico marxista, considerado por este autor como um “marxismo vulgar” ou um “marxismo sem Marx”. É apenas no movimento de Reconceituação, marcado historicamente pelo Congresso da Virada, no II CBAS de 1979, que o Serviço Social manifesta, através de suas reflexões, provocações e documentos, as bases de seu Projeto Ético-Político (que só receberá esse nome a partir dos anos de 1990).

Dentre os avanços operados na Reconceituação, podemos elencar alguns.

1. por provocação de Netto²⁸, a relevância do aporte marxiano no que se refere à inegociabilidade quanto à perspectiva metodológica marxiana e lukacsiana

²⁴ PAULO NETTO, José. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

²⁵ AMMANN, Safira Bezerra. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

²⁶ PAULO NETTO, José. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

²⁷ PAULO NETTO, José. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

²⁸ PAULO NETTO, José. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 1992.



e a importância fulcral de sua articulação permanente e indissociável com a história e a teoria - sendo esta última compreendida como reprodução ideal do movimento real do objeto.

2. por provocação de Carlos Nelson Coutinho²⁹, outro elemento fundamental para a profissão reconceituada é o da pluralidade - não confundida com ecletismo ou com pós-modernismo.

Além destes, impõem-se o entendimento explícito da condição da categoria profissional do Serviço Social enquanto composta por trabalhadores assalariados comprometidos visceralmente com os interesses da classe trabalhadora da qual faz parte. Aí é consignado que seu objeto de trabalho são as expressões da questão social e que esta é decorrente inevitavelmente das contradições inerentes à relação entre capital e trabalho no modo de produção e reprodução capitalista, de exploração e dominação de uma classe fundamental (a classe trabalhadora) por outra (a classe burguesa ou proprietária).

De acordo com o Projeto Ético-político da profissão, a ética é tomada como transversal a todas as dimensões do trabalho/práxis profissional, que não dispõe de posição neutra na luta de classes³⁰.

O Projeto Ético-político do Serviço Social é bússola para a atuação profissional e tem sua materialidade no Código de Ética de 1993³¹, na Lei de Regulamentação da Profissão³² e nas Diretrizes Curriculares elaboradas crítica e coletivamente pela ABEPSS em 1996³³ (mesmo que depauperadas pelo MEC em sua promulgação em

²⁹ COUTINHO, Carlos N. Pluralismo, dimensões teóricas e políticas. *Cadernos ABESS*, São Paulo, n 4, p 5-17, 1991.

³⁰ PAULO NETTO, José. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: **PROGRAMA de capacitação continuada para assistentes sociais**. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS/DSS, CEAD-UnB, 1999.

³¹ CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Resolução CFESS nº 273, de 13 de março de 1993**. Institui o Código de Ética Profissional do/a Assistente Social e dá outras providências. Brasília, DF: CFESS, 1993. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP2011_CFESS.pdf Acesso em: 3 dez. 2024.

³² BRASIL. Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, ano 131, n. 128, 8 jul. 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm Acesso em: 3 dez. 2024.

³³ ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social. *Cadernos ABESS*, São Paulo, n. 7, p. 58-76, 1997. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/04-a-caderno-abess-n7-diretrizes-gerais-para-o-curso->



2002). Sua hegemonia, porém, não significa que não haja disputas, sobretudo no tempo presente de forte ofensiva neoconservadora bonapartista³⁴.

3 Serviço Social, Ecologia e Questão Ambiental

Dito isto, cabe ponderar, conforme Willeman³⁵, que a questão ambiental é pouco ou insatisfatoriamente discutida pelo Serviço Social e que não há, ainda, pleno consenso sobre o assunto. Parto aqui, sobretudo, das apreensões de François Chesnais e Claude Sefarti³⁶, David Harvey³⁷, Kohei Saito³⁸, Michel Löwy³⁹ 40, Bellamy Foster⁴¹, Nunes⁴², Mascarenhas⁴³, Maria das Graças Silva⁴⁴ para pensar um recorte da questão ambiental em sua interface com o Serviço Social.

Diz Marx que as sociedades e seu desenvolvimento serão correspondentes ao desenvolvimento de suas forças produtivas. Mézáros⁴⁵ afirma que o

[de-servico-social-\(com-base-no-curriculo-minimo-aprovado-em-assembleia-geral-extraordinaria-de-8nov-201702011415372855610.pdf](#) Acesso em: 4 dez. 2024.

³⁴ DEMIER, Felipe A. **O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964):** autonomização relativa do Estado, populismo, historiografia e movimento operário. 2012. Tese (Doutorado) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

³⁵ WILLEMANN, Estela M. O pensamento ecológico de Marx: a “ruptura metabólica” na relação humana com a natureza. **Em pauta: teoria social & realidade contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 55, p. 263-268, maio/ago. 2024. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/84201>. Acesso em: 10 jul. 2024.

³⁶ CHESNAIS, F.; SERFATI, C. “Ecologia” e condições físicas da reprodução social: alguns fios condutores marxistas. **Crítica Marxista**, Campinas, v. 10, n. 16, p. 39-75, 2003.

³⁷ HARVEY, D. A relação do capital com a natureza. In: HARVEY, D. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 229-243.

³⁸ SAITO, K. **O ecossocialismo de Karl Marx: capitalismo, natureza e a crítica inacabada à economia política**. São Paulo: Boitempo, 2021.

³⁹ LÖWY, M. Crise ecológica, capitalismo, altermundialismo: um ponto de vista ecossocialista. **Revista InterfacEHS: saúde, meio ambiente e sustentabilidade**, Brasília, DF, v. 4, n. 3, p. 132-140, 2009. Disponível em: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2012/07/Margem-14-M-Lowy.pdf> Acesso em: 10 abr. 2024.

⁴⁰ LÖWY, M. **Ecologia e socialismo**. São Paulo: Cortez, 2005.

⁴¹ FOSTER, J. B. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. São Paulo: Expressão Popular, 2023.

⁴² NUNES, Letícia Soares. A questão socioambiental e os desafios ao Serviço Social. **O Social em questão**, Rio de Janeiro, ano 21, n. 40, p. 209-228, jan./abr. 2018. Disponível em: https://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/osq_40_art_9_nunes.pdf Acesso em: 4 dez. 2024.

⁴³ MASCARENHAS, Raquel Mota. Questão ambiental no serviço social: afinal do que se trata? **Temporalis**, Brasília, DF, v. 21, n. 41, p. 381-396, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/33255> Acesso em: 4 dez. 2024.

⁴⁴ SILVA, Maria das Graças e. **Questão ambiental e desenvolvimento sustentável: um desafio ético-político ao serviço social**. São Paulo: Cortez, 2012.

⁴⁵ MÉZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.



sociometabolismo do capital nos conduz enquanto humanidade a graus jamais pensados de exploração, desumanidade, desigualdade e barbárie. Este padrão de exploração e dominação aplica-se não apenas à força de trabalho humana, mas à sua relação com o meio ambiente, e tem um padrão ilimitado e insustentável.

A partir da perspectiva moderna, colonialista e capitalista da economia, cabe ao homem branco, às elites dominantes, o domínio e exploração infinitos tanto da classe trabalhadora quanto da natureza. Embora o Serviço Social possua GTs de discussão sobre meio ambiente, questão agrária e urbana no CBAS e no ENPESS, em geral, as abordagens verificadas não tendem a ir à raiz da questão ambiental ou ecológica: a raiz da questão ambiental e ecológica é a questão social, a lei geral da acumulação capitalista e a teoria do valor em Marx.

Segundo Chesnais e Sefarti⁴⁶, num contexto da crise do capital inaugurada nos anos de 1970 nos países centrais (e que deu origem a um processo de reestruturação produtiva de caráter neoliberal da economia e da política nos anos de 1990 nos países latino-americanos), os parcos direitos conquistados pela classe trabalhadora regrediram brutalmente num processo paulatino e mortífero de expropriações secundárias que, segundo Fontes⁴⁷, é a retirada do trabalhador das condições mínimas de prover sua existência, como os direitos e benefícios provenientes das políticas sociais.

Num contexto de financeirização do capital, sobretudo a partir da compreensão de Boschetti e Behring^{48,49}, e ainda em relação de dependência para com países centrais de caráter imperialista, o Estado brasileiro assumiu compromissos com o Banco Central e o FMI de contenção de gastos públicos, sobretudo através do desfinanciamento das políticas sociais, desvinculação de

⁴⁶ CHESNAIS, F.; SERFATI, C. “Ecologia” e condições físicas da reprodução social: alguns fios condutores marxistas. *Crítica Marxista*, Campinas, v. 10, n. 16, p. 39-75, 2003.

⁴⁷ FONTES, Virginia. A transformação dos meios de existência em capital: expropriações, mercado e propriedade. In: BOSCHETTI, Ivanete (org.). **Expropriação e direitos no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2018. p. 17-61.

⁴⁸ BEHRING, Elaine Rossetti. Fundo Público, exploração e expropriações no capitalismo em crise. In: BOSCHETTI, Ivanete (org.). **Expropriação e direitos no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2018. p. 187-209.

⁴⁹ BOSCHETTI, Ivanete. Expropriação de direitos e reprodução da força de trabalho. In: BOSCHETTI, Ivanete (org.). **Expropriação e direitos no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2018. p. 131-165.



receitas da União e espoliação/exploração cada vez mais mortífera da classe trabalhadora e da natureza.

Neste processo de política e economia ultraneoliberal como o que vivemos na última quadra histórica, fica evidente o aparato ideológico para sustento da aparência democrática. Segundo Ellen Wood⁵⁰, em *Democracia contra Capitalismo*, o sistema capitalista é antidemocrático em suas bases e pensar um capitalismo social, democrático, humano, é mais utópico do que pensar a possibilidade do socialismo, uma vez que seus princípios são absolutamente colidentes.

Ademais, cabe uma reflexão crítica importante, sobretudo para estudantes, profissionais e pesquisadores de Serviço Social, que está relacionada a um tipo de marxismo, amplamente disseminado: um marxismo refratário e avesso às questões que não são estritamente ligadas ao mundo do trabalho, desprivilegiando qualquer discussão que saia desse escopo.

Sob essa perspectiva, Willeman⁵¹ considera a situação das mulheres, das pessoas racializadas, das pessoas não cisheterossexuais e a questão ecológica ou ambiental, por exemplo, tendem a ser classificadas pejorativamente como pós-modernas e identitárias, desconsiderando as mediações pertinentes à teoria marxiana e desconsiderando a perspectiva ecológica de Marx.

Pesquisadores minimamente sérios na real investigação da obra de Marx têm clareza da ênfase que o mesmo dá à questão ecológica ao longo de toda a sua obra, fazendo emergir o conceito central de Marx de “ruptura metabólica” na relação humana com a natureza e ao conceito de alienação no modo de produção e reprodução capitalista - conceito este ampliado por Mészáros⁵² - sendo esse último o estranhamento da humanidade de sua própria atividade de trabalho e de seu papel ativo na transformação da natureza e na sua relação com ela, consigo mesmo e com outros seres humanos - enquanto seres genéricos e enquanto classe social.

⁵⁰ WOOD, Ellen M. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003.

⁵¹ WILLEMAN, Estela M. O pensamento ecológico de Marx: a “ruptura metabólica” na relação humana com a natureza. **Em pauta: teoria social & realidade contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 55, p. 263-268, maio/ago. 2024. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/84201>. Acesso em: 10 jul. 2024.

⁵² MÉSZÁROS, István. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2006.



A expropriação de terras da classe trabalhadora e sua monopolização para fins de acumulação - ambas perpetradas pela dominação burguesa - implica, necessariamente, nessa ruptura metabólica entre seres humanos e a natureza e nesse processo de estranhamento, alienação que é necessária para o funcionamento do modo de produção e reprodução capitalista. O comunismo, para Marx, é a aposta revolucionária para transcender essa alienação através da abolição da propriedade privada, sendo “a resolução genuína do conflito entre homem e natureza, e entre homem e homem, a verdadeira resolução do conflito entre existência e ser, entre liberdade e necessidade, entre indivíduo e espécie”⁵³.

De igual maneira, o Projeto Ético Político do Serviço Social propugna uma sociedade livre e democrática; sem desigualdades de gênero, raça, classe; sem dominação de uma classe pela outra; pela abolição da propriedade privada e pela plena expansão de todos os indivíduos sociais.

Segundo Willeman⁵⁴:

A teoria social marxiana nos instrumentaliza para desvendarmos o véu das aparências e apreender as formas mais abstratas e descoladas do mundo real e atingir a essência dos processos e relações sociais concretas, compreendendo como elas nascem e se desenvolvem. Marx permite, e exige, ir além das aparências para apanhar as contradições que a propriedade do capital aprofunda, pois, suas raízes se expandem subordinando concretamente os trabalhadores.

Entretanto, o capital e as classes parasitárias apenas sobrevivem através do valor que extraem do trabalho vivo e da alienação promovida pelo Estado, seja ela através de meios despóticos, constitucionais ou republicanos, característicos do capitalismo. Identificar suas formas atuais e construir estratégias de luta visando a superação deste modo de produção e reprodução sustentados nesse modelo de Estado é, portanto, desafio permanente do Serviço Social e de toda a classe

⁵³ FOSTER, J. B. *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*. São Paulo: Expressão Popular, 2023. p. 355.

⁵⁴ WILLEMAN, Estela M. Bases estruturais da expropriação e alienação da vida produtiva e reprodutiva pelo capital: uma abordagem dialética da questão social a partir da perspectiva unitária classe-raça-gênero/sexo. *Revista Agon*, Porto Alegre, v. 2, n. 4, p. 95, 2022. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/agon/article/view/135646/90268>. Acesso em: 10 out. 2024.



trabalhadora. Os desdobramentos destas lutas dependerão da correlação de forças entre as classes sociais.

Por outro lado, para se fazer justiça, é necessário considerar que, segundo o perfil nacional de assistentes sociais no Brasil⁵⁵, o concurso público é a forma de ingresso no mercado de trabalho mais relatada, com 40,30%. Entretanto, chama atenção a presença significativa de ingresso de assistentes sociais no mercado de trabalho nacional num montante de 19% por critérios privados e pouco transparentes. Este valor corresponde ao somatório de três fatores: a) indicação (8,07%); b) convite (6,93%); e c) cargos comissionados (4,00%).

Concomitantemente a estas constatações, tem-se evidenciado um processo que foi adensado e acelerado durante a gestão do governo Bolsonaro (2018 - 2021), nota-se a atuação conjunta de agentes políticos imbuídos dos preceitos ultraneoliberalizantes da política, bem como de captura da execução das políticas públicas por organizações religiosas (sobretudo de cariz neopentecostal) e a interferência das organizações criminosas (seja do tráfico de drogas, seja das milícias armadas paramilitares, compostas majoritariamente de ex-militares ou militares da reserva). Isso tem resultado concretamente em uma captura ideológica da política, com expressão na transferência da prestação de serviços que deveriam ser ofertados pelo Estado conforme a Constituição de 1988 para instituições de orientação religiosa (mas com financiamento público), desrespeitando qualquer parâmetro técnico de atuação instituídos nas respectivas políticas, inclusive no que se refere a suas equipes técnicas (que não costumam contar com profissionais especializados e sim com agentes religiosos, como pastores, missionários, diáconos e etc.). Os exemplos mais flagrantes podem ser encontrados nas ILPIs (Instituições de Longa Permanência para Idosos), nas Comunidades Terapêuticas, nos Conselhos Tutelares, nas empresas que executam o trabalho técnico social de natureza ecológica e ambiental nos territórios junto a comunidades ribeirinhas, quilombolas, caiçaras, indígenas, dentre outros.

⁵⁵ CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Perfil de assistentes sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional.** Brasília, DF: CFESS, 2022. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf> Acesso em: 13 nov. 2023.



Nesta dinâmica, profissionais formados em especialidades como Serviço Social e Psicologia, dentre outros, são expurgados do mercado de trabalho e substituídos por pessoas sem qualquer formação teórica. Neste processo, os profissionais formados que atuam no território sofrem inflexões ideológicas intensas, tendo sua autonomia profissional cerceada e relativamente limitada. Ademais, a partir desses tensionamentos, suas atribuições e competências ficam comprometidas no sentido de perderem a vinculação com o Projeto Ético-político da profissão (conforme a definição de Netto)⁵⁶ e com os interesses da classe trabalhadora, assumindo como seus objetivos ora os objetivos dos governos, ora dos espaços sócio-ocupacionais onde trabalham, ora de ambos.

É neste sentido que apontamos os limites de atuação do Serviço Social, uma vez que é orientado por um Projeto Ético-político, mas tem sua vida material determinada por sua condição de classe trabalhadora que necessita vender sua força de trabalho no mercado capitalista.

O suposto que orienta essa reflexão é o de que os mecanismos que o Serviço Social precisa utilizar no enfrentamento ao capital e suas leis precisam ter como base a análise profunda das dinâmicas particulares dos diferentes territórios em mediação permanente com a totalidade nacional e global, a crítica à naturalização da propriedade privada, das opressões de raça, classe e gênero/sexo, da exploração do ser humano pelo ser humano, bem como da natureza pelo ser humano, do Estado de direito burguês e da ética alienada que rege o mundo do trabalho e as relações entre os trabalhadores e destes com a natureza.

4 Negacionismo climático, fake news, pós-modernismo, teses equivocadas sobre questão ambiental e ecologia e suas consequências

Contemporaneamente, vemos surgir uma profusão de informações que se dividem entre teses equivocadas sobre a questão ambiental (em grande proporção,

⁵⁶ PAULO NETTO, José. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: PROGRAMA de capacitação continuada para assistentes sociais. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS/DSS, CEAD-UnB, 1999.



construídas por *think thanks* financiados pelas elites, em outra parte construídas por visões pós-modernas fragmentadas da realidade e, portanto, incompletas); negacionismo climático ou puro *fake news*.

Uma destas refere-se à convicção de que o modo de produção capitalista de produtivismo ilimitado é inevitável por conta do crescimento populacional. Segundo Milton Santos e Maria Laura Silveira⁵⁷, o mundo produz muito mais do que é capaz de consumir, portanto, a fome e a desigualdade de acesso às riquezas socialmente produzidas não são inexoráveis, são uma escolha - a escolha da barbárie.

Apontam Chesnais e Sefarti⁵⁸ sobre os efeitos da dominação predatória e ilimitada da natureza que, durante muito tempo, ela só se manifestou após longos períodos, o que causou frequentemente a impressão de que, além de inevitáveis, os efeitos da exploração seriam reabsorvidos pelo movimento natural dos próprios ciclos da natureza.

Isto se mostra cada vez mais uma inverdade quando notamos que esses efeitos são permanentes, como, por exemplo, o progressivo e incontornável derretimento das calotas polares e consequente aumento do nível do mar, que tem causado desastres ecológicos-capitalistas com destruição de cidades inteiras, morte de grande contingente de pessoas e expulsão de outras de seus territórios, alagamento de plantações e, não raro, inutilização da terra para funções de cultivo, além de contaminação do lençol freático e impedimento objetivo de utilização da água para consumo animal e vegetal.

Outras consequências desse padrão de exploração da natureza mencionado por Chesnais e Sefarti⁵⁹ são o progressivo aumento mundial das temperaturas no planeta (que não regredirá) causado pela emissão de carbono pela grande indústria⁶⁰; a extinção definitiva de espécies animais e vegetais, afetando o equilíbrio de

⁵⁷ SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

⁵⁸ CHESNAIS, F.; SERFATI, C. “Ecologia” e condições físicas da reprodução social: alguns fios condutores marxistas. *Crítica Marxista*, Campinas, v. 10, n. 16, p. 39-75, 2003.

⁵⁹ CHESNAIS, F.; SERFATI, C. “Ecologia” e condições físicas da reprodução social: alguns fios condutores marxistas. *Crítica Marxista*, Campinas, v. 10, n. 16, p. 39-75, 2003.

⁶⁰ OFERTA de US\$ 300 bilhões para países pobres evita fracasso em reunião da ONU sobre clima. **BBC News Brasil**, São Paulo, 23 nov. 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/ce9g7yynxe5o>. Acesso em: 24 nov. 2024.



ecossistemas inteiros com consequências em cadeia, gerando o descontrole de pragas, doenças, epidemias e até pandemias.

A esse respeito, negociadores da cúpula climática das Nações Unidas deste ano - a COP29, em Baku - Azerbaijão (2024) chegaram a acordos, dentre eles, a respeito do chamado “mercado de carbono”. Trata-se de um sistema onde “créditos de carbono” podem ser comprados e vendidos - leia-se: países ricos, desenvolvidos, cujo padrão de produção industrial é danoso ao meio ambiente pagam a países pobres, dependentes e com parca produção industrial para que estes últimos invistam em medidas ecológicas, mas sem alterar seu próprio padrão mortífero de relação com a natureza - que afeta o mundo inteiro.

A ideia é que os países ricos possam usar créditos de carbono para ajudar a atingir suas metas de emissões, comprando-os de outros e financiando, por exemplo, um projeto de reflorestamento no exterior. Este tipo de proposta é extremamente atraente a países imperialistas porque é muito mais barato financeira e politicamente comprar créditos de carbono do que fazer mudanças estruturais em seus países. Mudar o padrão de produção é admitir publicamente que este padrão não é sustentável, porém, caso as emissões de carbono não sejam regulamentadas adequadamente, elas podem não levar a consequências trágicas - piores do que as que já se tem noticiado com cada vez maior magnitude e frequência.

É evidente que os efeitos dos desequilíbrios e barbárie ambiental e ecológica não afetam a todas as pessoas indistintamente. Num Brasil classista, racista e heteropatriarcal, quaisquer dos efeitos desses processos afeta mais direta e intensamente à classe trabalhadora, em especial, negra e, sobretudo, às mulheres. Há notícias da criação de *bunkers* por bilionários que já preveem o fim das condições materiais de vida por conta do modelo capitalista de exploração da natureza criado por eles mesmos e causador de tragédias climáticas, emergências sanitárias e guerras⁶¹.

⁶¹ MELLO, Antonio. Por que Zuckerberg e outros bilionários estão construindo bunkers? O que sabem? O que temem? *Revista Forum*, São Paulo, 22 dez. 2023. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/global/2023/12/22/por-que-zuckerberg-outros-bilionarios-esto-construindo-bunkers-que-sabem-que-temem-149952.html>. Acesso em: 10 jul. 2024.



Com a proteção do Estado em uma democracia blindada⁶², as elites dominantes do capitalismo seguem em suas relações promíscuas com os poderes estabelecidos, a exemplo da bancada no Congresso do BBB (Boi, Bala, Bíblia), de caráter ultraconservador, com feições neofascistas, que arregimenta segmentos crescentes da população em seus discursos ideológicos. Tais discursos irracionais favorecem as elites do agronegócio “abrindo a porteira” e fechando os olhos para licenciamentos ambientais ilegais, garimpos clandestinos predatórios, corte ilegal e insustentável de madeira, poluição de águas e do ar com resíduos sólidos industriais e extrativistas não tratados trazendo, com isso, consequências mortíferas para a saúde não apenas das populações mais imediatamente atingidas, como a indígena, a quilombola e a ribeirinha, mas de toda a sociedade.

Embora estas populações tenham um histórico de luta por seus direitos, o cenário contemporâneo reatualiza a barbárie brasileira de longa duração. O mesmo Estado que leva a bandeira de “pátria, Deus e família”, assume feições neofascistas ao aderir ao modelo de sociedade que visa eliminar subjetiva e materialmente classes dissidentes de seu projeto totalitário de dominação capitalista, seja pela criminalização, pelo isolamento, pela perda de direitos ou pela eliminação física, à base de execuções por milícias armadas - como tem ocorrido com lideranças de populações quilombolas, ribeirinhas, indígenas, movimentos sociais em luta coletiva pela reforma agrária - como o MST e demais movimentos que questionam essa forma estranhada de relação (ou não relação) com a natureza e seus modos de viver como mulheres, pessoas não heterossexuais, pessoas de religiões não cristãs, etc.

A luta contra a difusão de informações equivocadas, parciais ou mentirosas e também contra discursos ideológicos que falseiam a visão sobre o que é a sociedade e o que são as relações sociais, econômicas e políticas parece ser mais uma das tarefas dos segmentos que têm como objetivo uma sociedade mais justa, livre e democrática. Neste sentido, a defesa tanto de um marco regulatório para a internet quanto de uma universidade pública, laica e de qualidade parecem ser caminhos necessários a serem trilhados.

⁶² DEMIER, Felipe. **CRÔNICAS DO CAMINHO DO CAOS: DEMOCRACIA BLINDADA, GOLPE E FASCISMO NO BRASIL ATUAL**. São Paulo: Mauad, 2019.



Mostra-se fundamental assimilar que “para compreender as origens da ecologia, é necessário compreender as novas visões de natureza que apareceram com o desenvolvimento do materialismo e da ciência entre os séculos XVII e XIX”.⁶³ Esta concepção permite entender e desenvolver uma visão ecológica revolucionária, que vincula necessariamente a transformação social à transformação da relação humana com a natureza, compreendendo o ser humano como parte da natureza em íntima relação metabólica, o que também pressupõe a centralidade do conceito de história.

Neste sentido, tanto perspectivas “antropocentristas utilitaristas” quanto “econcentristas românticos” mostram-se equivocadas. Para as primeiras, numa perspectiva mecanicista, a natureza seria um espaço a ser dominado e explorado pelo ser humano; para as segundas, numa perspectiva idealista, os seres humanos deveriam venerar absolutamente a natureza em detrimento de suas necessidades. O grande equívoco de ambas é que consideram a natureza como uma instância apartada do ser humano, já que a tese coevolucionista ser humano-natureza de Marx constata claramente que não há contradição entre a ideia de controle da natureza e o conceito de sustentabilidade⁶⁴.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É tarefa do Serviço Social em seu exercício profissional, a partir dos compromissos éticos e políticos já mencionados, de sua orientação teórica e metodológica e de referenciais técnico-operativos preconizados pelo Projeto Ético-político da profissão, intervir na realidade social a partir de uma perspectiva de emancipação humana e política, que se expressa na plena expansão das potencialidades humanas e da socialização democrática da riqueza socialmente produzida, respeitando as diferentes correntes profissionais, mas sem renunciar à defesa intransigente dos direitos humanos e à recusa de qualquer forma de arbítrio,

⁶³ FOSTER, J. B. *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*. São Paulo: Expressão Popular, 2023. p. 18.

⁶⁴ É importante mencionar que o conceito de sustentabilidade vem sendo largamente utilizado pela burguesia internacional como um elemento do discurso de um suposto “capitalismo reformado” no planeta.



autoritarismo ou discriminação, seja de classe, gênero, raça, orientação sexual, religião, condição intelectual ou física, idade, etc.

Na qualidade de profissão interventiva, o Serviço Social é conclamado, de uma só vez, a ser uma profissão investigativa e uma profissão educativa, com uma função pedagógica, nos termos de Abreu⁶⁵. Neste sentido, contemporaneamente, adensa-se às tarefas do Serviço Social aquela de combate aos negacionismos, conservadorismos, *fake news* e falseamentos ideológicos da realidade. Isso se aplica às questões ecológicas, de classe, raça, gênero, gerações, condição física e mental, dentre outras dimensões da vida social.

Cabe ao Serviço Social, em relação dialética com a sociedade e a dinâmica permanentemente em movimento e contradição da história, decifrar a realidade criticamente, propor estratégias de superação da exploração, da desigualdade e da barbárie, que são consubstanciais ao modo de produção e reprodução capitalista, da necropolítica⁶⁶, do individualismo, da indiferença.

Neste sentido, há algumas indicações importantes a serem feitas ao Serviço Social diante do contexto de barbárie capitalista. Se o Serviço Social se quiser uma profissão e área do saber relevante social e politicamente, honrando o Projeto Ético-Político oriundo dos posicionamentos revolucionários do Congresso da Virada de 1979, deverá atuar de forma competente tanto na pesquisa quanto na intervenção sobre a realidade social.

Isso significa a retomada de uma formação crítica para uma práxis calcada na íntima relação com os movimentos sociais, com as demandas apresentadas pelos diversos segmentos oprimidos e na necessária mediação entre singularidade e totalidade, entre teoria e realidade.

Diante das estratégias de pós-verdade, conservadorismo e negacionismo do capitalismo, cabe ao Serviço Social a luta por uma universidade pública, laica e de

⁶⁵ ABREU, Marina Maciel. A dimensão pedagógica do Serviço Social: bases histórico-conceituais e expressões particulares na sociedade brasileira. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 25, n. 79, supl. esp., p. 43-71, ago. 2004.

⁶⁶ MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 Edições, 2018.



qualidade alinhada com movimentos sociais da classe trabalhadora e não apenas encastelada em ativismos de gabinete.

Sabemos que Marx foi profundamente influenciado pelo materialismo não determinista de Epicuro - que descobriu a alienação da natureza. Por outro lado, Hegel foi quem revelou a alienação dos seres humanos. Ao amalgamar ambas as ideias com a economia ricardiana, com as teorias evolucionistas darwinistas e a filosofia revolucionária francesa, Marx produziu uma tese para a transcendência da alienação através de uma sociedade de ecologia racional e liberdade humana com base terrena: uma sociedade de produtores associados.

Embora equivocadamente interpretado não apenas nos dias atuais, mas mesmo ainda em vida,⁶⁷ Marx morreu se mantendo fiel à doutrina materialista e sua luta pela transformação revolucionária do mundo, da relação material humana com a natureza e a sociedade, indo além da contemplação de Feuerbach: “Os filósofos somente interpretam o mundo de várias maneiras; no entanto, o objetivo é transformá-lo”⁶⁸.

Evidentemente, como nos alerta Iamamoto⁶⁹, não podemos nos orientar pelo messianismo que crê que tudo pode ou pelo fatalismo que determina que de nada é capaz. Nossa orientação é munida pelo pessimismo da razão e otimismo da vontade grancianos, pelo “esperançar” da Pedagogia da Esperança freireana e pela utopia de Galeano. Como diria Beto Guedes já em 1981, “Vamos precisar de todo mundo/ Um mais um é sempre mais que dois/ Para melhor construir a vida nova/ É só repartir melhor o pão/ Recriar o paraíso agora/ Para merecer quem vem depois”⁷⁰.

Não sabendo muito como terminar, evidencia-se a constatação de que essa história ainda está em curso. Portanto, à similitude do nome sugestivo do jornal onde Marx trabalhou, guardemos o imperativo: AVANTE!

⁶⁷ MARQUES, Morena Gomes. **Marx, Engels e o revisionismo**. 2021. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

⁶⁸ MARX, Karl. **Teses sobre Feuerbach**. 1845. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1845/tesfeuer.htm>. Acesso em: 10 fev. 2024.

⁶⁹ IAMAMOTO, M. V. **Relações Sociais e Serviço Social: esboço de uma interpretação teórico-metodológica**. São Paulo: Cortez, 2008.

⁷⁰ O SAL da terra. Intérprete: Beto Guedes. Compositores: Ronaldo Bastos Ribeiro (Ronaldo Bastos), Alberto de Castro Guedes (Beto Guedes). In: CONTOS da lua vaga. Intérprete: Beto Guedes. Rio de Janeiro: EMI, 1981. 1 CD, faixa 1.



REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel. A dimensão pedagógica do Serviço Social: bases histórico-conceituais e expressões particulares na sociedade brasileira. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 25, n. 79, supl. esp., p. 43-71, ago. 2004.

AMMANN, Safira Bezerra. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social. **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 7, p. 58-76, 1997. Disponível em: [https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/04-a-caderno-abess-n7-diretrizes-gerais-para-o-curso-de-servico-social-\(com-base-no-curriculo-minimo-aprovado-em-assembleia-geral-extraordinaria-de-8nov-201702011415372855610.pdf](https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/04-a-caderno-abess-n7-diretrizes-gerais-para-o-curso-de-servico-social-(com-base-no-curriculo-minimo-aprovado-em-assembleia-geral-extraordinaria-de-8nov-201702011415372855610.pdf). Acesso em: 4 dez. 2024.

AUGUSTO, Camilo. A defesa da natureza e dos povos é a luta desta geração. **MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. Publicado em 01 jun. 2024. Disponível em: <https://mst.org.br/2024/06/01/e-vamos-a-luta-a-defesa-da-natureza-e-dos-povos-que-nela-vivem-e-a-luta-desta-geracao-de-jovens/>. Acesso em: 02 jul. 2024.

BEHRING, Elaine Rossetti. Fundo Público, exploração e expropriações no capitalismo em crise. In: BOSCHETTI, Ivanete (org.). **Expropriação e direitos no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2018. p. 187-209.

BOSCHETTI, Ivanete. Expropriação de direitos e reprodução da força de trabalho. In: BOSCHETTI, Ivanete (org.). **Expropriação e direitos no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2018. p. 131-165.

BRASIL. Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, ano 131, n. 128, 8 jun. 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm. Acesso em: 3 dez. 2024.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. **A inconstância da alma selvagem: e outros ensaios de antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2002.

CHESNAIS, F.; SERFATI, C. “Ecologia” e condições físicas da reprodução social: alguns fios condutores marxistas. **Crítica Marxista**, Campinas, v. 10, n. 16, p. 39-75, 2003.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Perfil de assistentes sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional**. Brasília, DF: CFESS,



2022. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf> Acesso em: 13 nov. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Resolução CFESS nº 273, de 13 de março de 1993**. Institui o Código de Ética Profissional do/a Assistente Social e dá outras providências. Brasília, DF: CFESS, 1993. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP2011_CFESS.pdf Acesso em: 3 dez. 2024.

COUTINHO, Carlos N. Pluralismo, dimensões teóricas e políticas. **Cadernos ABESS**, São Paulo, n 4, p 5-17, 1991.

DEMIER, Felipe A. **O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964): autonomização relativa do Estado, populismo, historiografia e movimento operário**. 2012. Tese (Doutorado) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

DEMIER, Felipe. **CRÔNICAS DO CAMINHO DO CAOS: DEMOCRACIA BLINDADA, GOLPE E FASCISMO NO BRASIL ATUAL**. São Paulo: Mauad, 2019.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FONTES, Virgínia. A transformação dos meios de existência em capital: expropriações, mercado e propriedade. *In*: BOSCHETTI, Ivanete (org.). **Expropriação e direitos no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2018. p. 17-61.

FOSTER, J. B. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. São Paulo: Expressão Popular, 2023.

HARVEY, D. A relação do capital com a natureza. *In*: HARVEY, D. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 229-243.

IAMAMOTO, M. V. **Relações Sociais e Serviço Social: esboço de uma interpretação teórico-metodológica**. São Paulo: Cortez, 2008.

IANNI, Octávio. **A ideia de Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

LÖWY, M. Crise ecológica, capitalismo, altermundialismo: um ponto de vista ecossocialista. **Revista InterfacEHS: saúde, meio ambiente e sustentabilidade**, Brasília, DF, v. 4, n. 3, p. 132-140, 2009. Disponível em: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2012/07/Margem-14-M-Lowy.pdf> . Acesso em: 10 abr. 2024.



LÖWY, M. **Ecologia e socialismo**. São Paulo: Cortez, 2005.

MANRIQUE CASTRO, M. **História do Serviço Social na América Latina**. São Paulo: Cortez, 1984.

MARQUES, Morena Gomes. **Marx, Engels e o revisionismo**. 2021. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O Capital - Livro I**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. **Os despossuídos: debates sobre a lei punitiva ao furto de madeira**. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. **Teses sobre Feuerbach**. 1845. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1845/tesfeuer.htm>. Acesso em: 10 fev. 2024.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MASCARENHAS, Raquel Mota. Questão ambiental no serviço social: afinal do que se trata? **Temporalis**, Brasília, DF, v. 21, n. 41, p. 381-396, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/33255> Acesso em: 4 dez. 2024.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MELLO, Antonio. Por que Zuckerberg e outros bilionários estão construindo *bunkers*? O que sabem? O que temem? **Revista Forum**, São Paulo, 22 dez. 2023. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/global/2023/12/22/por-que-zuckerberg-outros-bilionarios-esto-construindo-bunkers-que-sabem-que-temem-149952.html>. Acesso em: 10 jul. 2024.

MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. 2. ed. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2014.



NUNES, Leticia Soares. A questão socioambiental e os desafios ao Serviço Social. **O Social em questão**, Rio de Janeiro, ano 21, n. 40, p. 209-228, jan./ abr. 2018. Disponível em: https://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/osq_40_art_9_nunes.pdf Acesso em: 4 dez. 2024.

O SAL da terra. Intérprete: Beto Guedes. Compositores: Ronaldo Bastos Ribeiro (Ronaldo Bastos), Alberto de Castro Guedes (Beto Guedes). *In*: CONTOS da lua vaga. Intérprete: Beto Guedes. Rio de Janeiro: EMI, 1981. 1 CD, faixa 1.

OFERTA de US\$ 300 bilhões para países pobres evita fracasso em reunião da ONU sobre clima. **BBC News Brasil**, São Paulo, 23 nov. 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/ce9g7yynxe5o>. Acesso em: 24 nov. 2024.

PAULO NETTO, José. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. *In*: **PROGRAMA de capacitação continuada para assistentes sociais**. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS/DSS, CEAD-UnB, 1999.

PAULO NETTO, José. **Ditadura e serviço social**: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 9. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

SAITO, K. **O ecossocialismo de Karl Marx: capitalismo, natureza e a crítica inacabada à economia política**. São Paulo: Boitempo, 2021.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SILVA, Maria das Graças e. **Questão ambiental e desenvolvimento sustentável: um desafio ético-político ao serviço social** São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

WILLEMANN, Estela M. Bases estruturais da expropriação e alienação da vida produtiva e reprodutiva pelo capital: uma abordagem dialética da questão social a partir da perspectiva unitária classe-raça-gênero/sexo. **Revista Agon**, Porto Alegre, v. 2, n. 4, p. 90-109, 2022. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/agon/article/view/135646/90268>. Acesso em: 10 out. 2024.

WILLEMANN, Estela M. O pensamento ecológico de Marx: a “ruptura metabólica” na relação humana com a natureza. **Em pauta: teoria social & realidade contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 55, p. 263-268, maio/ago. 2024.



WILLEMANN, Estela. Ecologia e crise capitalista: um debate sobre questão social, Serviço Social e a ruptura metabólica entre ser humano e natureza. **Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano**, Campinas, v. 7, p. 1-30, 2024. DOI: <https://doi.org/10.33239/rjtdh.v7.231>.

Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/84201>. Acesso em: 10 jul. 2024.

WOOD, Ellen M. **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2003.

Estela Willeman

Doutora em Educação pela PUC-Rio, mestre em Serviço Social pela PUC- Rio e graduada na mesma área pela UFRJ. Especialista em Gênero e Sexualidade pelo Instituto de Medicina Social da Uerj, especialista em Psicanálise pela Universidade de Vassouras. Pesquisadora do Laboratório de Psicopatologia Fundamental em estudos de subjetividade e emergência humanitária na UFRJ. **Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/3496243990342796>. **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-9179-3362>. **E-mail:** estela.willeman@gmail.com



WILLEMANN, Estela. Ecologia e crise capitalista: um debate sobre questão social, Serviço Social e a ruptura metabólica entre ser humano e natureza. **Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano**, Campinas, v. 7, p. 1-30, 2024. DOI: <https://doi.org/10.33239/rjtdh.v7.231>.